

Parecer Legal e Institucional nº 02/2016/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Encaminhamentos dos itens discutidos durante a 138ª Reunião da CTIL.

Análise dos Itens de Pauta das Matérias encaminhadas pelas Câmaras Técnicas.

1. *Proposta de Resolução que “Estabelece diretrizes e critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos hídricos”.* Matéria encaminhada pela CTPOAR.

A proposta de Resolução foi enviada à CTIL pela CTPOAR, juntamente com o Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2016/CTPOAR/CNRH/MMA, de 04 de outubro de 2016.

O Presidente da CTIL fez um breve histórico da tramitação desta matéria. Esclareceu que na 34ª Reunião do CNRH, após a apresentação do pedido de vista, a plenária deliberou pelo retorno da proposta à CTPOAR. Por se tratar de um assunto de conhecimento da CTIL, solicitou que a análise da proposta se ativesse aos artigos que foram objeto deste pedido de vista.

Os representantes da Agência Nacional de Águas na CTPOAR, Luciano Menezes e Luis Henrique Pinheiro Silva, esclareceram as principais conclusões constante do referido parecer, quais sejam:

- 1- a permanência do termo “acumulações” na proposta de resolução. Foi de entendimento da CTPOAR que não haveria impedimentos para o estabelecimento de critérios para acumulações insignificantes nos termos da Política Nacional de Recursos Hídricos.
- 2- A manutenção do cadastramento de usos considerados insignificantes, art. 10 da proposta de resolução, em atendimento a Resolução CNRH nº 16/2001. Destacaram que no parágrafo primeiro se abre a possibilidade de a autoridade outorgante proceder esse cadastramento não apenas com dados obtidos por declaração do usuário ou por campanhas de cadastramento, mas também a partir de métodos indiretos como: dados secundários, base de dados de outras entidades, imagem de satélite, consumo de energia elétrica, dentre outros.
- 3- Quanto às solicitações do representante da Sociedade Civil, que estas fossem contempladas nos termos dos artigos 6º e 7º da proposta de resolução.

Realizados os esclarecimentos e, enfatizando-se o posicionamento da CTPOAR de que não teria mais como contribuir para o tema, encaminhou-se pelo envio da proposta para análise e aprovação pelo Plenário do CNRH.

O encaminhamento foi aprovado com 3 abstenções: Indústria, Pescadores e Usuários de Água para o Lazer e Turismo e Organizações não Governamentais.

2. *Proposta de Resolução que “Altera o percentual de repasse referente à cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu”.* Deliberação CEIVAP nº 233, de 09 de maio de 2016. Matéria encaminhada pela CTCOB.

A proposta de Resolução foi enviada à CTIL pela Câmara Técnica de Cobrança - CTCOB, juntamente com o Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2016/CTCOB/CNRH/MMA, de 06 de julho de 2016.

A representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul - CEIVAP, Maria Aparecida Vargas, explicou as articulações havidas entre o comitê Guandu e o CEIVAP para o aumento do percentual repassado, em função da cobrança pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu, resultante da Deliberação CEIVAP nº 233, de 09 de maio de 2016. Enfatizou que se tratava de um pacto entre os dois comitês, amparado pelas Leis 4247/2003 e 5234/2008 do Estado do Rio de Janeiro, sendo esse estado o responsável pelo repasse dos valores arrecadados na Bacia do rio Guandu para a Bacia do rio Paraíba do Sul.

Após debates e esclarecimentos, foi de entendimento da CTIL que não se tratava de revisão de mecanismos e valores incidentes sobre usuários de água bruta e sim, um pacto negociado entre os dois comitês quanto ao percentual de repasse da cobrança pelo Estado do Rio de Janeiro pelas águas transpostas da Bacia do rio Paraíba do Sul para a Bacia do rio Guandu. Em sendo assim, não haveria razões para o CNRH se manifestar.

Neste sentido, visando regularizar a situação, uma vez que o assunto vinha sendo tratado pelo Conselho, sugeriu-se a inclusão do artigo 3º na proposta de resolução, objetivando deixar registrado que a partir da aprovação desta norma, o CNRH não precisaria mais deliberar sobre esse assunto.

Art 3º Para futuras alterações do valor percentual de repasse dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso de água bruta na bacia hidrográfica do rio Guandu para a bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, acordadas pelo CEIVAP e Comitê Guandu, e referendadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, conforme a Lei Estadual nº 4.247, de 2003, não há necessidade de deliberação do CNRH.

Também foi sugerida a inclusão de duas considerações, sendo elas:

Considerando o disposto na Resolução CNRH nº 150, de 28 de junho de 2013, que prorroga o prazo para reavaliação dos mecanismos e valores de cobrança referentes aos usos de recursos hídricos para a transposição das águas da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul para a bacia hidrográfica do rio Guandu.

Considerando o inciso IV o Art. 11 da Lei nº 4.247, de 2003, do Estado do Rio de Janeiro, alterado pela Lei nº 5.234, de 2008, que diz que “em virtude da transposição das águas do rio Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, serão aplicados, obrigatoriamente, na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, 15% (quinze por cento) dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de água bruta na bacia hidrográfica do rio Guandu, até que novos valores sejam aprovados pelo Comitê para Integração da Bacia do Rio Paraíba do Sul - CEIVAP e Comitê Guandu, e referendado pelo CERHI”;

Desta forma, realizados os esclarecimentos e adequações, a proposta de Resolução foi aprovada para encaminhamento ao Plenário do CNRH.

3. Proposta de Resolução que “*Aprova a indicação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo para desempenhar funções de Agência de Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande*”. Matéria encaminhada pela CTCOB.

O representante da Agência Nacional de Águas, Sr. Giordano Bruno, explicou que a CTCOB se posicionou favorável à indicação da Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo, conforme Parecer Técnico Conclusivo nº 02/2015/CTCOB/CNRH/MMA, de 24 de novembro de 2015. No entanto, condicionou o envio à CTIL somente após a plenária do Comitê Verde Grande deliberar sobre o prazo desta delegação. Fato este que ocorreu somente em outubro de 2016, por meio da Deliberação 56/2016.

Não havendo questionamentos, passou-se à leitura do texto, sendo sugerida a substituição do termo indicação por delegação, na ementa e no artigo 1º.

Apresentadas estas considerações, a CTIL aprovou a proposta de Resolução para análise e aprovação pelo Plenário do CNRH.

4. Proposta de Resolução que “*Aprova os mecanismos e valores de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba*”. Deliberação CBH Paranaíba nº 61, de 10 de março de 2016. Matéria encaminhada pela CTCOB.

A proposta de Resolução foi enviada à CTIL, pela Câmara Técnica de Cobrança - CTCOB, juntamente com o Parecer Técnico Conclusivo nº 02/2016/CTCOB/CNRH/MMA, de 06 de setembro de 2016.

A Presidente da CTCOB, Livia Soalheiro, explicou como se deu as discussões no âmbito da Câmara Técnica. Salientou que foi de entendimento da CTCOB que a implementação da cobrança na bacia representaria um avanço para o Sistema e para o Comitê. Informou que houve divergências na Câmara quanto ao melhor encaminhamento para definir os valores do PPU – Preço Público Unitário, havendo necessidade de votação, sendo mantida (por 07 a 06, e 1 abstenção) a proposta advinda do CBH que escalona o PPU durante os cinco primeiros anos da cobrança.

Informou ainda, que o segundo ponto de discussão tratava da definição de critérios e procedimentos de correção dos PPUs, conforme sugerido pela Nota Técnica da ANA. Também neste caso, foi posta em votação pela CTCOB, obtendo-se um posicionamento favorável (07 a 06) ao estabelecimento do índice de correção permanente dos valores da cobrança.

Na 138ª Reunião da CTIL, foram realizadas várias manifestações dos representantes criticando esta proposta de indexação monetária. Tendo sido alertado sobre o precedente que poderia trazer de estabelecimento de valores a serem cobrados por um órgão externo ao comitê, ou seja, sem ter havido as negociações necessárias entre os atores locais. Podendo, inclusive, não ser condizente com a capacidade de pagamento dos usuários, fato que poderia inviabilizar a cobrança. Além de que, como não havia definição sobre qual índice seria usado, trazia mais insegurança para a proposta. Criou-se certo consenso na CTIL de que o mais apropriado seria discutir o tema no CNRH para, se for o caso, propor uma norma geral para todos os comitês.

Os representantes do CBH Paranaíba também se posicionaram contrários à proposta. Na ocasião, entregaram aos membros da CTIL, cópia da Moção CBH Paranaíba nº 16, de 20/10/2016, em que solicita ao CNRH e suas instâncias, que considerem a decisão da Plenária do CBH, no que se refere aos valores dos preços unitários de cobrança pelo uso de recursos hídricos na referida Bacia, e sua progressividade, exatamente como estabelece a Deliberação CBH Paranaíba nº 61/2016, sem a definição de índice de reajuste. Informaram que se surpreenderam com a proposta de índice de correção, e que seria constrangedor transmitir ao comitê que, após dois anos de intenso debate, o CNRH decidiu não levar em consideração a decisão pactuada pelos membros do CBH. Eles se declararam otimistas com a perspectiva de iniciar a aplicação do instrumento da cobrança na bacia.

Os representantes da Agência Nacional de Águas defenderam a permanência da proposta que inclui o índice. Informaram que os valores aprovados pelo CBH não seriam suficientes para suprir os custos da agência de água estimada pelo plano de recursos hídricos da bacia. Ressaltaram a importância de se considerar as perdas inflacionárias. Destacaram que a CTCOB já havia se posicionado favorável a esta questão e assim, sua exclusão contrariaria uma decisão da Câmara.

Foi entendimento da maioria dos membros da CTIL que compete ao CNRH opinar se os valores e mecanismos propostos pelos comitês estão dentro de limites razoáveis. Caso sejam maiores ou menores, cabe ao CNRH (CTCOB) devolver ao comitê para que, no seu âmbito de decisão, refaça os cálculos necessários. Portanto, como no entender da CTIL, o fato de o CNRH estabelecer, à revelia do comitê, valores da cobrança e mecanismos fere o “espírito” da lei, entendeu-se que o mais correto seria não incluir o estabelecimento de índice de correção permanente dos valores da cobrança.

O assunto foi posto em votação, com o encaminhamento de exclusão do § 2º do art.1º da proposta de resolução, considerando o entendimento de que a indexação fere os princípios da Lei 9.433/1997.

O encaminhamento foi aprovado com 10 votos a favor, 3 contrários e 2 abstenções. Neste sentido, por decisão da maioria dos presentes, o § 2º foi retirado.

A Agência Nacional de Águas solicitou que o artigo constasse da proposta de resolução que seria encaminhada à plenária, colocando o texto em tachado.

Apresentadas estas considerações e realizados os ajustes necessários, a CTIL aprovou a proposta de Resolução para análise e aprovação pelo Plenário do CNRH, com a recomendação de excluir o § 2º.

5. Proposta de Resolução que *“Aprova os critérios para estabelecimento de acumulações, derivações, captações e lançamentos de pouca expressão, considerados insignificantes, para isenção da obrigatoriedade da outorga de direito de uso de recursos hídricos nos corpos d’água de domínio da União na Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba”*. Deliberação CBH Paranaíba nº 61, de 10 de março de 2016. Matéria encaminhada pela CTPOAR.

A proposta de Resolução foi enviada à CTIL juntamente com o Parecer Técnico Conclusivo nº 02/2016/CTPOAR/CNRH/MMA, de 05 de outubro de 2016.

O representante da Agência Nacional de Águas, Luciano Meneses, informou que a proposta se baseia numa norma da ANA, que estabelece critérios para os usos considerados insignificantes em mananciais de domínio da União, até que uma deliberação do comitê de

bacia altere ou corrobore com esta resolução. Salientou, no entanto, que a Resolução da ANA que trata do tema não utiliza o termo acumulações. Assim, por questão de forma, argumentou se não seria recomendável que esta expressão fosse excluída.

O Presidente da CTIL sugeriu que este questionamento fosse levado à plenária. Havendo concordância pelos membros da CTIL, a proposta de resolução foi aprovada, sugerindo sua análise e aprovação pela Plenária do CNRH.

6. Proposta de Resolução que *“Estabelece o conteúdo mínimo para o Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil; revoga o artigo 2º e o § 2º do artigo 3º da Resolução CNRH nº 58, e dá outras providências”*. Matéria encaminhada pela CTPNRH

A proposta de Resolução foi enviada à CTIL, em 05 outubro de 2016, juntamente com o Parecer Técnico nº 02/2016/CTPNRH/CNRH/MMA.

A matéria foi apresentada pela Presidente da CTPNRH, Jussara Cabral, que explicou a tramitação dentro da Câmara, bem com as motivações para a elaboração da proposta. Destacou a importância do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos para a tomada de decisão, bem como seu efetivo funcionamento como ferramenta de apoio a avaliação do grau de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Realizados os esclarecimentos, a Proposta de Resolução foi aprovada para encaminhamento ao Plenário do CNRH.

7. Proposta de Moção que *“Recomenda ao Governo do Estado do Piauí que sejam tomadas ações de articulação com a União para a regularização do uso das águas superficiais e subterrâneas no Vale do Guruguia – PI, além do planejamento para o uso múltiplo e integrado destes mananciais”*. Matéria encaminhada pela CTAS.

A matéria foi enviada à CTIL pela Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, juntamente com o Parecer Técnico Conclusivo nº 01/2016/CTAS/CNRH/MMA, de 06 de outubro de 2016.

A representante da SRHU/MMA na CTAS, Roseli Souza, apresentou as principais motivações para a proposta, bem como as discussões havidas na CTAS. Esclareceu que a demanda foi encaminhada pelas organizações não governamentais (FONASC), motivada pela Ação Civil Pública instaurada em virtude do desperdício de água proveniente de dezenas de poços jorrantes em alguns municípios piauienses, em especial no Vale do Guruguia.

O objetivo principal da moção é o de propiciar o uso racional das águas subterrâneas naquela região, recomendando o controle e o combate à utilização inadequada e/ou perdulária deste manancial, bem como a instalação de controle de vazão e hidrômetros nos poços jorrantes.

A proposta de Moção foi aprovada pela CTIL, sugerindo sua análise e aprovação pela Plenária do CNRH.

8. Apresentação do Grupo de Trabalho acerca da análise do Relatório de Segurança de Barragens - RSB 2015. Matéria encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH.

Inicialmente, o Presidente da CTIL, Julio Thadeu Kettelhut, contextualizou o papel do CNRH na análise do RSB, conforme estipulado pela Resolução CNRH Nº 144/2012. Informou que

na última reunião do CNRH foi aprovada a Resolução que mudava para a Câmara Técnica de Análise de Projeto (CTAP) este grupo de trabalho.

Na sequência, a representante do GT, Jussara Cruz, realizou a apresentação do RSB 2015, que engloba o período de outubro de 2014 a setembro de 2015. Destacou alguns pontos, entre os quais o problema das barragens órfãs, o que dificulta a adoção de medidas regulatórias ou de fiscalização para que providências sejam tomadas; e a ausência de informações de algumas barragens, muito em função da falta de estruturação de alguns órgãos.

Quanto às recomendações do RSB, destacou a de número 6, dirigida ao CNRH, para que este desenvolva estratégia para reforçar o seu papel de zelar pela implementação da PNSB.

No Parecer Técnico nº 01/2016/GT/CTIL/CNRH/MMA, consta as análises efetuadas e dentre suas conclusões estão que:

- o Relatório cumpre de forma satisfatória a Resolução CNRH nº 144/2012;
- este se constitui em um avanço para o tema Segurança de Barragens, pois informa com transparência a situação das barragens no Brasil e as fragilidades do sistema;
- este permite identificar as necessidades de ações e de subsídios para priorização das ações voltadas à implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Durante os debates foram prestados esclarecimentos por representantes da Coordenação de Regulação de Serviços Públicos e Segurança de Barragens (COSER/ANA) da Agência Nacional de Águas.

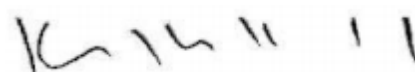
Os membros da CTIL sugeriram duas recomendações adicionais a serem incluídas no parecer, sendo elas:

- estimular o debate sobre alternativas técnicas de construção de barragens, em particular para fins de mineração;
- fortalecer os órgãos fiscalizadores com equipes de profissionais habilitados para atuar em segurança de barragens.

A CTIL relata que tomou conhecimento da matéria e encaminha o parecer final do GT para manifestação do Conselho, conforme dispõe a Resolução CNRH nº 144/2012.

Este é o parecer,

Em, 05 de novembro de 2016.


JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente da CTIL